

Incubadoras tecnológicas de cooperativas populares: interdisciplinariedade articulando ensino, pesquisa e extensão universitária

Aline Mendonça dos Santos and Antonio Carlos Martins da Cruz



Publisher

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Electronic version

URL: <http://ec.es.revues.org/1354>

DOI: 10.4000/ec.es.1354

ISSN: 1647-0737

Electronic reference

Aline Mendonça dos Santos e Antonio Carlos Martins da Cruz, « Incubadoras tecnológicas de cooperativas populares: interdisciplinariedade articulando ensino, pesquisa e extensão universitária », *e-cadernos ces* [Online], 02 | 2008, colocado online no dia 01 Dezembro 2008, consultado a 01 Outubro 2016. URL : <http://ec.es.revues.org/1354> ; DOI : 10.4000/ec.es.1354

This text was automatically generated on 1 octobre 2016.



Incubadoras tecnológicas de cooperativas populares: interdisciplinariedade articulando ensino, pesquisa e extensão universitária

Aline Mendonça dos Santos and Antonio Carlos Martins da Cruz

1. O espaço da economia solidária nas universidades

- 1 Sendo as Incubadoras de Cooperativas Populares (ITCPs) um projeto universitário responsável por difundir a economia solidária no ambiente acadêmico, faz-se necessário – antes mesmo de compreender as ITCPs – fazer uma breve discussão sobre o espaço da economia solidária ou das incubadoras de cooperativas populares nas universidades. Haverá um espaço?
- 2 Para responder esta pergunta, entendemos que seja melhor começar por outra: o que é uma universidade? Um centro de produção e difusão do saber filosófico e científico, como queriam os positivistas? Um aparelho ideológico do Estado, a serviços da reprodução sistemática da ideologia e do poder do capital sobre o trabalho, como observou o estruturalismo althusseriano? Ou um espaço ideológico de disputas, onde a luta pela hegemonia entre classes e frações de classes sociais, ou simplesmente grupos sociais, buscam produzir e reproduzir conhecimento que legitime modelos específicos de sociedade, como se coloca a tradição gramsciana?
- 3 Para evitar possíveis confusões, desde já nos posicionamos: defendemos a terceira opção.
- 4 Ao olhar para a história, é possível perceber, num e noutro caso, que a história política da universidade no Brasil foi escrita a partir de uma função bem delimitada no sistema colonial: a formação de quadros profissionais de elite – da Igreja ou da aristocracia agrária – com o conhecimento necessário à reprodução da ordem social. Isto não impedia, entretanto, que as universidades fossem foco de agitação e questionamentos.

- 5 Mas, com as aspirações republicanas e o crescimento da classe média urbana, as universidades se abriram pouco a pouco aos setores intermediários. E a partir do final da segunda guerra mundial, com a elevação da juventude a uma categoria social de importância renovada, as reivindicações estudantis passaram a ocupar uma cena ainda maior que no passado (a onda de 1968 se estendeu por quase todo mundo, chegando forte à América Latina e mesmo ao Brasil do Regime Militar).
- 6 Assim, a universidade parece ser um lugar de contradição, se por um lado é compreendida como lugar de reprodução do status quo, por outro se legitima como um dos lugares para sua contestação.
- 7 A idéia da universidade como um centro de pesquisa científica, mesmo na Europa, tem pouco tempo, remonta ao começo do Século XX. Na América Latina, a pesquisa científica esteve sempre a cargo de instituições formadas especialmente para isto.
- 8 Apenas a partir dos anos 1960 é que as universidades começaram a centralizar de forma mais evidente esta função.
- 9 Sua consolidação, entretanto, parece ter chegado tarde. A partir dos anos 1980, a função científica da universidade começou a ser esvaziada nos países centrais do capitalismo, transferindo a pesquisa para centros privados corporativos, com investimentos impensáveis para as universidades. Ou, sob outra fórmula, centros de pesquisa universitários foram praticamente “arrendados” às corporações em muitas universidades dos países mais desenvolvidos.
- 10 Na América Latina, os anos 1980 e 1990 foram as décadas do desmonte das universidades públicas e de sua função de pesquisa científica. A estratégia de algumas comunidades universitárias – geralmente contestadas por grupos não hegemônicos – tentou vincular a pesquisa científica às empresas e corporações como forma obter recursos orçamentários cada vez mais escassos (Dagnino, 2004).
- 11 Esta situação resultou de uma série de transformações que ocorreram nas últimas décadas do século passado. Valentini evidencia da seguinte forma.

Na década de 70 a crise do petróleo, com o início do endividamento dos países de terceiro mundo. Em 80, a ‘década perdida’ a interrupção do desenvolvimento, exatamente pela necessidade de aplicar os recursos no pagamento das dívidas. Na década de 90, após a queda do socialismo, e com a renegociação das dívidas, a justificativa ideológica da situação, pela ‘verdade única’ do mercado, a consolidação ideológica do neoliberalismo, que tenta impor como necessária à ordem atual, como se ela fosse fruto inerente ao próprio processo econômico, erigido como norma suprema de toda a organização social. (Valentini, 1999: 04)
- 12 E o que resta para o resto da universidade? Muito pouco. Em que pese o fato de que uma minoria de brasileiros que cursam a escola cola grau universitário, orçamentos e salários foram reduzidos, a explosão do número de vagas nos cursos superiores de instituições privadas acompanhou o aviltamento das condições de trabalho para os professores do ensino superior. Mais aulas, mais alunos em cada sala, menos tempo para pesquisa e para a extensão, menos possibilidades de ascensão profissional.
- 13 Não é à toa que as grandes universidades têm se transformado numa arena de disputas por verbas, enquanto as universidades particulares venham se transformando cada vez mais numa fábrica taylorista de técnicos das áreas humanas: advogados, contadores, administradores, comunicadores, psicólogos. Onde o investimento essencial é a sala, a cadeira, o quadro e o professor (Neves *et al*, 2002). Segundo Ribeiro, este processo é produto de uma crise que inicia no período pós-guerra:

A crise institucional coloca em questão a autonomia universitária e a especificidade da organização acadêmica. O questionamento à estrutura organizacional da universidade e a pretensão de impor-lhe modelos tomados de empréstimos e outras instituições (geralmente modelos empresariais) consideradas mais eficientes rompe com a autonomia, gerando uma crise institucional. Segundo Sousa Santos, a crise de autonomia que vai dos anos 60 até nossos dias, intensificando-se nos últimos 10 anos... (Ribeiro, 1999: 85)

- 14 Em meio ao que parece o fim desta velha instituição, por outro lado, o anseio de mudança pode ser percebido em diversas ações. A chateação de alunos e professores em relação aos velhos currículos se transforma numa tempestade de opiniões quando a pergunta é “o que fazer para mudar”? E diante da impotência das mobilizações da universidade nos últimos períodos, propostas efetivas de mudanças são sempre muito bem recebidas por quem tem pouco a perder.
- 15 A idéia das ITCPs, de modo geral, apesar de ser alvo de crítica por muitos setores tradicionais da mobilização universitária, tem a ampla audiência de quem quer mudança.
- 16 Respondendo agora à primeira pergunta, nós diríamos: sim. Há um espaço para a economia solidária e para as ITCPs, mas trata-se de um espaço da contra-hegemonia, não é o espaço da preferência dos reitores tradicionais. As ITCPs raramente atraem recursos externos, e quando o fazem, são recursos públicos e de pouca monta. Elas não se vinculam às empresas e quem trabalha com elas raramente tem “complementação salarial” ou “reconhecimento acadêmico”. Ela é uma fração da universidade dirigida aos que estão à margem do mercado de trabalho, assim ela é vista pela maioria dos dirigentes: a universidade “cumprindo sua função social”.
- 17 Que maneira melhor se pode encontrar para fazer a universidade ter outra vez importância, se não for sendo, de fato, essencial? Existe um melhor campo de pesquisa que o campo da extensão universitária? Existe um melhor campo de estágio de ensino, que a sociedade em sua forma mais real e crua? Há um lugar melhor para construir criatividade lá onde um outro tipo de saber encontra o “nosso” saber, e onde a eficácia do saber científico é testada efetivamente, e onde não há preconceitos hierárquicos cristalizados?
- 18 Será que, se a elite econômica já não vê mais uma serventia efetiva para toda a universidade – mas apenas para uma parte dela, porque não se voltar, a outra parte, que é agora a sua maior parte, para quem dela de fato necessita?

2. A universidade e o compromisso com o mundo do trabalho

- 19 Apesar da situação exposta no item anterior, os escritos de Paulo Freire começavam a impactar a universidade, passando do questionamento não só aos conteúdos, mas à própria forma, ao próprio método da educação e da relação entre educadores e educandos. Assim, o autor nos apresentou uma educação que conscientiza e liberta o indivíduo.

Não podíamos compreender, numa sociedade dinamicamente em fase de transição, uma educação que levasse o homem a posições quietistas ao invés daquela que o levasse a procura da verdade em comum, ouvindo, perguntando, investigando. Só podíamos compreender uma educação que fizesse do homem um ser cada vez mais

consciente de sua transitividade, que deve ser usada tanto quanto possível criticamente, ou com acento cada vez maior de racionalidade. (Freire, 1978:90)

- 20 Avançando na linha do tempo, e mantendo aproximadamente a mesma “área territorial” da história, é possível perceber, a enorme produção científica das universidades acerca o universo das classes trabalhadoras, mesmo sob o regime militar.
- 21 Impedidos de intervir diretamente nas lutas sociais como tentaram fazer no início dos anos 1960, vigiados na sua relação com as classes populares, os pesquisadores comprometidos com a busca de soluções para os problemas sociais passaram à construção de ferramentas importantes, teóricas, que pudessem estar – de alguma forma – a serviço das organizações dos trabalhadores. Período de trabalho intenso na área da pesquisa: a história das lutas sociais, a pedagogia das classes populares, políticas e relações sociais no sindicalismo, a medicina preventiva & comunitária, urbanismo e apropriação do espaço, o mercado de trabalho e a distribuição da renda etc.
- 22 Depois, com a crise da ditadura, os anos 1980 marcaram a reentrada em cena da universidade nas lutas populares. A reconstrução dos sindicatos de docentes e servidores e sucessivas e longas greves por melhores salários e condições de trabalho, sua integração à construção das centrais sindicais, bem como a reconstrução da União Nacional de Estudantes (UNE) e as mobilizações estudantis e, finalmente, a participação de todos esses nos grandes embates políticos da década (movimento pelas eleições diretas para presidente, movimento pela constituinte, movimentos de pressão sobre a constituinte etc.) recolocaram a universidade no meio das lutas sociais. Mesmo assim, sua relação com os trabalhadores, do ponto de vista da produção e da apropriação do conhecimento, continuou sendo uma relação de estranhamento, de dois mundos que se comunicavam apenas pontualmente, apenas quando suas lutas coincidiam. A razão de ser da universidade continuou sendo uma incógnita para os trabalhadores, ao passo que a relação da universidade com os trabalhadores continuou sendo um desafio para os universitários.
- 23 Chegando aos 1990, se percebe um novo deslocamento - da análise crítica das experiências anteriores - e continuando uma linha de crítica à ordem social, a ação acadêmica identificada com as classes populares pareceu dirigida, num primeiro momento, ao campo “do propositivo”: métodos de qualificação profissional, avaliação e propostas de políticas públicas nas mais diversas áreas, vinculação (implícita ou explícita, conforme o caso) a projetos políticos institucionais, formação de agentes comunitários (de saúde, de educação, de habitação etc.), projetos de pesquisa e extensão ligados a ONG's e movimentos sociais. Em suma, eram propostas de políticas públicas para instrumentalizar governos locais (municipais e estaduais) comprometidos com as lutas sociais.
- 24 As ITCPs são caudatárias diretas desta tradição. Não representam a sua continuação mecânica, senão que incorporam críticas, aprendizados e novas questões; reúnem pessoas que experimentaram os processos anteriores e outras que estão descobrindo agora a possibilidade de usar o conhecimento para algo diferente e melhor; acolhem uma juventude que nasceu num mundo já transformado pelo trinômio “globalização-neoliberalismo-informatização”, mas que recuperam histórias antigas de rebeldia e, pela arte do pensamento, constroem outras perspectivas...
- 25 Portanto, as ITCP's não nascem “do nada”. É um longo caminho percorrido. Tecnologia... cooperativismo... popular. O mesmo processo: significantes re-significados produzindo

um termo novo e diferente que conserva-nega-supera os termos anteriores e, que ao mesmo tempo, se referencia numa realidade que também conserva-nega-supera projetos e realidades anteriores. E aí estão as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares.

3. A formação das incubadoras tecnológicas de cooperativas populares

3.1. Uma breve historia das ITCPS no brasil

- 26 A primeira ITCP, com este nome e esta sigla, e que impulsionou o surgimento das demais, apareceu na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 1996, liderada pelo professor Gonçalo Guimarães, que trabalhava num dos centros de pesquisa da Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia (COPPE) da UFRJ, um dos centros de pesquisas tecnológicas mais prestigiados do Brasil. Nasceu diretamente de uma demanda da Fundação Osvaldo Cruz, que estava às voltas com problemas relacionados à delinquência nos morros que rodeavam seu campus, com repercussões sobre o cotidiano da vida universitária.
- 27 A discussão se instaurava a partir de uma velha questão: o que as universidades podem fazer para reverter o quadro de miséria das populações mais pobres? Os integrantes da COPPE se perguntavam se toda aquela tecnologia que era pesquisada e gerada ali se revertia em geração de renda e melhores condições de vida para os trabalhadores, ou ao contrário.
- 28 Outras alternativas já tinham sido buscadas num passado muito recente: incubadoras de empresas, qualificação profissional etc., mas sempre sob muitas críticas em relação à sua eficácia. Daí surgiu a idéia de “subir o morro” e de fazer o morro descer à universidade: criar uma incubadora de “empresas populares”.
- 29 Haveria de ser uma incubadora “tecnológica”, porque haveria que se compreender que a tecnologia não deve estar apenas a serviços de poucos; além disso, tecnologia é todo conhecimento que se instrumentaliza com fins específicos.
- 30 Uma incubadora tecnológica de “cooperativas”, porque esta era a forma jurídica mais acessível a grupos de trabalhadores que precisam montar uma empresa e não detêm capital; além do mais, o caráter igualitário das origens do cooperativismo se prestava muito bem à idéia.
- 31 Uma incubadora tecnológica de cooperativas “populares” até mesmo porque segundo Guimarães, (1999) existem deformações no contexto do cooperativismo que implicam em se apropriar dos benefícios oriundos da legislação cooperativa. Tais como: coopgato (uma agencia de empregos configurada como cooperativa); coopatrão (uma empresa cooperativa capitalista onde a maior parte das ações está concentrada em apenas um dono), etc.
- 32 Assim, a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, com o apoio da direção da COPPE começou a trabalhar na UFRJ. Quase à mesma época, um grupo de professores que atuava na Universidade Federal do Ceará, cujo representante nas primeiras reuniões da “Rede” foi o Professor Osmar Sá, iniciava um trabalho muito parecido e que logo tomou o mesmo nome da UFRJ. Com a idéia percorrendo as universidades do país, logo se propôs um seminário no Rio de Janeiro, onde a experiência da COPPE foi apresentada oficialmente. E em 1998, a experiência já havia se reproduzido em outras universidades

(USP, Federal de Juiz de Fora, Estadual da Bahia, Federal Rural de Pernambuco, Federal do Paraná, Fundação Santo André, Federal de São João Del Rey, Universidade Regional de Blumenau...). Criou-se uma Rede. Segundo Singer, assim sucedeu:

As incubadoras universitárias decidem integrar uma rede para a troca de experiências e ajuda mútua, tendo em vista estabelecer em cada universidade não só um centro de extensão (em que se enquadra a incubação) mas também de ensino e pesquisa. O ensino é necessário para formar quadros para as próprias cooperativas e para entidades de apoio à economia solidária que continuam se multiplicando (...). A pesquisa é indispensável para conhecer a realidade da economia solidária no Brasil e também no exterior, de modo a sistematizar a análise e avaliação das experiências para gerar proposições teóricas que sirvam para tornar a economia solidária mais autêntica e mais efetiva. (Singer, 2002: 123)

- 33 Foi neste período que a FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos) do Ministério da Ciência e Tecnologia, ainda no Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), fez funcionar o PRONINC (Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas), que financiou seis incubadoras ao longo de dois anos.
- 34 Outro impulso foi dado com a vinculação da Rede de Incubadoras à Unitrabalho – Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho, que vinha se construindo à mesma época e que reunia núcleos e pesquisadores de dezenas de universidades no Brasil. Ao juntar as duas redes, ambas se potencializaram: a experiência das incubadoras passou a ser vista como um grande cartão postal para a Unitrabalho, e a estrutura de núcleos da Unitrabalho permitiu multiplicar as experiências das incubadoras. Hoje as duas redes estão separadas (Cruz, 2004).
- 35 Em seguida, nasceram outras e outras incubadoras. Que continuam se articulando em rede, pois se, por um lado, o projeto ITCP representa uma inovação na forma de buscar respostas às exigências do desenvolvimento econômico local impingindo aos setores excluídos, por outro, sua consolidação depende de estratégias locais e articulação nacional (Guimarães, 2000).
- 36 Na UFRJ, a incubadora era operada por pesquisadores contratados pela COPPE; poucos professores se envolviam de maneira permanente, fazendo-o, de modo geral, esporadicamente. Ou seja, era um quadro técnico com dedicação quase exclusiva; além disso, o PRONINC (da FINEP) havia dado um suporte importante ao projeto.
- 37 As ideias básicas¹¹ da incubadora da UFRJ eram:
 1. a incubação deveria ser feita no local de funcionamento das cooperativas, a partir de suas próprias estruturas de organização;
 2. a prioridade para a incubação deveria caber justamente aos grupos de trabalhadores mais pobres, em condições de maior risco social;
 3. as cooperativas a serem incubadas deveriam partir de grupos já pré- constituídos, com alguma identidade e solidariedade, evitando assim uma construção “de fora para dentro”, a partir do universo diferenciado do mundo acadêmico;
 4. a incubação deveria constituir-se como um processo de longo tempo, de 2 a 3 anos, que fosse capaz de acompanhar os ritmos e necessidades do tipo de usuários com o qual se trabalha;
 5. não há incompatibilidade, mas ao contrário, há sim necessária complementaridade, entre consolidação de longo prazo e viabilização econômica imediata, pois para esses grupos a questão econômica é prioritária e qualquer retardamento na ação significa sempre sua dispersão;

6. viabilidade econômica (qualidade e competitividade) e solidariedade interna (autogestão) eram pressupostos da eficácia da incubação, pois a ausência de uma destas condições significa a inexistência da outra.
 7. a ideia de “cooperativa” da ITCP tinha a ver com autogestão: repartição do trabalho, do produto do trabalho, do controle e do conhecimento do empreendimento (cooperativa); eram aceitas diferenças de salário, desde que não excedessem uma relação de “3 x 1”, e sempre em função de deliberação do conjunto dos associados e justificadas por diferentes níveis de responsabilidade na produção.
 8. a incubação deveria ter etapas distintas, com objetivos distintos, e um planejamento que, ainda que não fosse rígido, permitisse tanto ao empreendimento quanto à incubadora avaliar o processo permanentemente e reorientá-lo quando necessário; estas etapas deveriam prever a consolidação do “negócio” e um processo de formação e qualificação para o exercício profissional e para a autogestão.
- 38 Assim, as ITCPs se instauram numa perspectiva de disponibilizar o conhecimento científico aos grupos de trabalhadores que, sem capital, se dispõem a constituir suas rendas de forma coletiva e associada, e ao mesmo tempo aprender, com estas comunidades, alternativas oriundas do saber popular construído na experiência do cotidiano, capazes de dar alguma saída à crise do emprego do início do Século XXI.
- 39 Por fim, uma incubadora é quase uma cooperativa. E isto significa que os conflitos são permanentes. A cultura hierárquica e individualista cobra um preço alto aos que optam trabalhar em equipe e em autogestão. Aprender a conviver com a diferença, trabalhando em equipe, já faz parte de um aprendizado mútuo.

3.2. Vários condicionantes, várias metodologias

- 40 Cada universidade constitui uma instituição específica, comportando histórias, debates, contingências, enfim, um número grande de condicionantes que determinam a maneira específica como cada incubadora responderá às suas demandas.
- 41 As diferenças regionais, num país tão diverso como o Brasil, se impõem sobre os processos de incubação. Em algumas incubadoras, as cooperativas de camponeses (pequenos proprietários) constituem a prioridade; em outras, grupos mais desfavorecidos das favelas; em outras, ainda, a recomposição dos empregos perdidos em função da quebra das empresas.
- 42 Nesse sentido, não é possível compor uma metodologia ou uma linguagem única para realidades tão distintas, pois as iniciativas estão submetidas a um ambiente sócio-econômico distinto em cada lugar, senão mesmo, em cada caso.
- 43 Por fim, é preciso perceber que a incubação tem que operar neste espaço de intersecção entre um e outro ambiente. E, portanto, cada universidade busca escolhas metodológicas e estruturas diferenciadas em função de suas condições de trabalho, de sua história institucional, das representações sociais das pessoas que compõem a incubadora, etc.
- 44 O espaço da incubação é o espaço da intersecção entre dois saberes que se encontram e se complementam, que se conservam, se negam e se superam em sua relação.
- 45 Por tudo isto, cada incubadora acabou construindo sua própria metodologia. É provável que isto continue sendo assim. Mas as diferenças não significam que a cada momento se deve “reinventar a roda”. Quer dizer apenas que não pode haver transposições mecânicas, porque nem sempre uma proposta produz os mesmos efeitos sob outras condições.

- 46 Há também diferenças entre os objetivos de uma incubadora e os objetivos de um projeto específico de incubação. Os objetivos de uma incubadora podem e devem ser eleitos pelo coletivo que a conforma, em suas específicas estruturas e métodos de tomada de decisão. Os objetivos de um processo de incubação específico resultam de uma construção mais delicada, realizada no difícil “espaço social da incubação”, em que dois mundos distintos precisam conviver, cooperar e produzir juntos. Em outras palavras, são objetivos que a incubadora, de um lado, e o futuro empreendimento, de outro, devem construir em parceria.
- 47 A forma como se organizam e funcionam os empreendimentos econômicos solidários (EES) atendidos pelas ITCPs é uma construção prática, ao longo do tempo, dos próprios trabalhadores. Entretanto, os princípios que a ITCP vai se esforçar para que sejam aceitos e incorporados autonomamente pelas iniciativas, são oriundos dos princípios cooperativistas do movimento dos socialistas utópicos, e se instituem da seguinte forma²:
1. Livre adesão;
 2. Organização democrática da gestão (autogestão): cada cooperado, um voto soberania plena da assembléia geral;
 3. Supremacia da vida sobre o trabalho, e do trabalho sobre o capital;
 4. Equidade e solidariedade: repartição do trabalho, do poder de decisão, do conhecimento e do produto do trabalho;
 5. Máxima diferença de ganhos entre os cooperados com mesma jornada: 3 para 1 (em virtude exclusiva de responsabilidade funcional, de diferenças de escolaridade ou de tempo de trabalho, e sempre a partir de critérios definidos pela assembleia geral);
 6. Seguridade social: recolhimento regular do INSS, mais: fundos sociais provisionados a partir do faturamento geral, garantindo os seguintes direitos:
 7. 13ª retirada, férias remuneradas com mais 1/3 da retirada, seguro-rescisão- de-contrato (1/12 da retirada, equivalendo a uma retirada/ano);
 8. Intercooperação;
 9. Qualidade no produto, ética na concorrência, respeito ao consumidor, preservação ambiental, tecnologias socialmente adequadas;
 10. 9. Transformação da sociedade: cidadania ativa, participação popular, distribuição solidária da riqueza.
 11. Educação continuada e defesa da escola pública.
- 48 Daí em diante, independentes da metodologia, incubadora e empreendimentos estão ligados por laços de solidariedade e de aprendizados mútuos. Segundo Singer, A ITCP é a contribuição brasileira para o campo em expansão da economia solidária (Singer, 2000).

3.3. A incubação como atividade pedagógica

- 49 A relação entre “incubadores” e os trabalhadores dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) não se limita a um “exercício profissional”. Longe disso. Não há frieza ou racionalidade que resista ao entusiasmo de quem recebe a primeira “retirada” (não há salários nos EES), num negócio que sabe que é seu e que foi construído com o seu esforço, quando há pouco tempo atrás não sabia nem como seria viver as próximas semanas. Quem pode ficar impassível diante de gente que mal sabe pegar um lápis, mas que senta diante da lousa para fazer as contas do preço que vai cobrar, e no final do exercício já decidiu que vai voltar a estudar?

- 50 Por isto, o grande perigo da incubação não é a falta de envolvimento. Às vezes acontece, mas logo o agente “incubador” se afasta do processo. Dificilmente alguém que não se envolve emocionalmente com este tipo de processo, fica, pois não é compensado por outros ganhos (materiais, de status, ou acadêmicos, por exemplo). O grande problema é o inverso: a entrega irrestrita, a solidariedade sem critério.
- 51 Assim, a solidariedade aqui deve ser mútua, implica numa troca de saberes, de conhecimentos: os universitários aprendem a vida real, aquela que não está nos bancos acadêmicos; os trabalhadores do EES aprendem a usar as ferramentas que a vida lhes negou. A incubação, enfim, é um processo de troca entre dois saberes que se produzem em duas esferas distintas da vida social. É, portanto, um ato pedagógico.
- 52 Isto não exige, mas ao contrário, obriga que “incubadores” – professores e estudantes – advogados, contabilistas, engenheiros de produção, economistas, psicólogos, assistentes sociais, arquitetos etc. Ponham-se a pensar pedagogicamente a incubação. O desafio é enorme, uma vez que os envolvidos com as incubadoras devem transitar em outras áreas do conhecimento, obrigando assistentes sociais a pesquisarem economia, economistas a conhecerem as técnicas da psicodinâmica, psicólogos a estudarem contabilidade, etc.
- 53 Daí, as implicações de pensar a incubação como ato pedagógico, ao invés de um “processo de transferência de tecnologia”, ou de “qualificação ou capacitação de trabalhadores” no sentido pobre a que economistas e administradores emprestam ao termo. A incubação se refere – antes de quaisquer outras coisas – a uma relação social de trocas entre diferentes saberes acumulados, sob condições sociais e históricas diferentes que se mesclam através do diálogo. Segundo Guareschi,
- O diálogo, para ser verdadeiro, tem que se dar em igualdade de posições. Isto é, o verdadeiro diálogo exige que um esteja ao lado do outro e não que um se coloque em posição de superioridade, como é o caso do professor que “está convencido” de que sabe. O diálogo exige respeito total ao mundo do outro, exige verdadeira democracia. E somente quando um está ao lado do outro, é possível, na pergunta e resposta, a formação e o reconhecimento das posições cognitivas, mentais de ambos. Nessa reciprocidade, na provocação de um para o outro, dá-se o verdadeiro diálogo que leva ao crescimento mútuo, ao conhecimento dos esquemas lógicos subjacentes a cada um. (Guareschi, 1996: 76)
- 54 De um lado, de um saber popular construído pela vida: em periferias de cidades e em zonas rurais diferentes; de formações econômicas e sociais distintas; com hábitos ou tradições marcadas pelo enraizamento, ou justamente ao contrário, pelo desenraizamento e pela desterritorialização; formas de conhecimento às vezes fundadas sobre diferentes tipos de solidariedade e de violência; e assim por diante. E de outro lado, por um saber científico institucionalmente produzido e reproduzido: marcado por regras, procedimentos e hierarquias em seu processo de acumulação e de reprodução; social e economicamente instrumentalizado; que se pretende articulado mundialmente, acima de diferenças culturais, históricas e sociais, mas que entrelaça uma extensa e nodosa rede de poder, e que, com tudo isto, ganha legitimidade como portador de uma eficácia relativa no campo da ação social.
- 55 Por isso, os envolvidos com a Incubadora devem se perguntar, e se responder, ainda que provisoriamente, mas antes de ir a campo: quais são as ferramentas pedagógicas que serão utilizadas e que instrumentos humanos os incubadores farão funcionar para potencializar a troca que se produz no espaço social da incubação?

4. Incubadoras autogestionárias: processo permanente de ensino e pesquisa mediado pela extensão

- 56 Para desenvolver esse processo pedagógico a incubadora deve se constituir por uma gestão coletiva e democrática, caso contrário: “casa de ferreiro, espeto de pau”. Infelizmente, esta é a condição da relação interna da maioria das incubadoras. É verdade que na maior parte delas, a questão está colocada, e o debate está ocorrendo, mas suas gestões ainda não incorpora conjunto dos estudantes aos processos decisórios da incubadora, por exemplo.
- 57 De modo geral, as relações inter-docentes e inter-discentes são perfeitamente simétricas. Quando os professores e alunos se reúnem, é quando se compõe o problema, que reside exatamente na hierarquia da estrutura universitária e nas assimetrias de responsabilidades que isto contém. Para a autogestão de uma ITCP é preciso incorporar docentes e discentes num mesmo coletivo. É fundamental que exista um espaço de troca, aberto, que permita aos estudantes de alguma forma se apropriarem do projeto, serem escutados, e escutarem. É preciso que professores e estudantes ensinem e aprendam uns com os outros.
- 58 Diante do exposto, percebe-se “que em casa de ferreiro, espeto tem que ser ferro”, ou seja, uma incubadora não é uma cooperativa, mas ao menos tem que praticar, na máxima medida possível, a autogestão. Dessa forma, é preciso incorporar a discussão no universo acadêmico de maneira que essa seja flexibilizada para que autogestão seja de fato uma referência. Para tanto, é preciso aproximar a extensão do ensino e da pesquisa.
- 59 As incubadoras necessitam de uma reciclagem de agentes incubadores a cada momento. As formaturas, dissertações e teses “roubam” dezenas de agentes incubadores todos os anos. Professores entram em licença, assumem cargos em Reitorias etc. É fundamental e óbvio, portanto, que as incubadoras componham uma rotina de formação de agentes incubadores.
- 60 Os cursos de capacitação são formas de expandir esse processo. Esses possibilitam condições para que os agentes incubadores encaixem seus conhecimentos na realidade.
- 61 Por exemplo, uma administradora de empresas ou uma assistente social que vão participar de um projeto de incubação. O que seus cursos lhes apresentaram sobre autogestão? Sobre trabalhar em equipe? Sobre educação popular? O que sabem os administradores sobre o papel dos assistentes sociais num empreendimento econômico solidário, ou vice-versa?
- 62 Com o tempo, quem sabe, seus cursos incorporem disciplinas sobre estas coisas todas, mas certamente isto ainda vai levar muito tempo³.
- 63 De qualquer forma, consideramos pelo menos que três módulos de capacitação são fundamentais e devem ser apropriados pelos agentes incubadores. Um sobre autogestão e economia solidária, num sentido mais amplo, mais histórico; Um outro sobre gestão cooperativa, ou seja, sobre a autogestão em seu sentido micro, em seu sentido aplicado: legislação, democracia interna, microeconomia etc; E, um terceiro módulo sobre educação popular de jovens-e-adultos, que é algo fundamental.

- 64 Todo momento a complexidade das coisas coloca desafios para os quais nem sempre se tem respostas. Na universidade a pesquisa é o canal e muitas vezes, leva à respostas possíveis já encontradas por alguém e/ou provoca a busca de novas respostas.
- 65 Como se viu nas argumentações iniciais deste trabalho, a universidade é, por excelência, uma instituição de pesquisa, onde recém agora a extensão universitária começa a ter algum espaço, tendo sido confundida, no imaginário da universidade, com formas diversas de “assistencialismo” à comunidade.
- 66 A novidade que as ITCPs agregam à extensão é o descortinamento da óbvia relação que deveria haver entre o campo de extensão e o campo de pesquisa. Ou seja, a extensão vista como um laboratório “pour excellence”, onde as necessidades de pesquisa acadêmica são captadas em função das necessidades sociais identificadas; a pesquisa vista como uma sistemática de busca de respostas às perguntas colocadas pela sociedade e captadas pelo processo de extensão.
- 67 Para dar conta deste processo que transcende o tripé ensino, pesquisa e extensão é importante desenvolver um trabalho interdisciplinar no campo de incubação.
- 68 A proposta de “equipes de incubação” tenta organizar uma ação interdisciplinar que permite, ao mesmo tempo, uma identificação objetiva da incubadora perante o grupo na forma da equipe, uma ação interdisciplinar e; a repartição das responsabilidades entre seus membros.
- 69 Na Universidade Católica de Pelotas – UCPel (metodologia que acompanhamos), as equipes de incubação foram pensadas a partir das áreas de conhecimento que os professores da Incubadora achavam necessárias e que a universidade oferece. Quando “completas”, cada equipe tem um estudante de cada uma das seguintes áreas: administração de empresas, ciências contábeis, comunicação social, direito, psicologia, serviço social, pedagogia e uma especialização técnica do ramo da cooperativa (bioquímica, por exemplo, para uma cooperativa de produtores de leite; ou ecologia para uma das cooperativas de seleção de resíduos sólidos...). As equipes são coordenadas/ orientadas por um professor da Incubadora e os estudantes são (ou deveriam ser, pelo menos) co-orientados por orientadores de estágio do seu curso.
- 70 A equipe é sempre coletivamente responsável pelo projeto de incubação, ainda que a “divisão do trabalho” seja feita a partir das competências de cada um. Isto significa que, ainda que dividam tarefas, a realização efetiva do projeto é uma responsabilidade de todos.
- 71 Entre o “ponto de chegada” da incubação – com o EES consolidado e incubado, e o “ponto de partida” – com um grupo de trabalhadores em condições precárias de trabalho, há um caminho longo, difícil, sinuoso e nem sempre de chegada certa. Ele é percorrido desde o momento em que a incubadora – seja através de uma equipe ou qualquer outra forma de estrutura – toma contato com o grupo de trabalhadores até o momento em que a incubadora encerra seu trabalho e o EES se consolida de fato, podendo ser gerido pelo coletivo dos trabalhadores sem a interferência da ITCP.

4.1. Uma estrutura interdisciplinar de extensão

- 72 Percebe-se, pelo exposto até aqui, a composição de equipes de incubação interdisciplinares tem como meta, e como efeito, uma dada eficácia em relação aos

objetivos gerais da incubação: consolidar empreendimentos econômicos solidários marcados pela democracia interna e pela viabilidade econômica.

- 73 Não há nada que impeça que se alcance esses objetivos sem uma equipe que não seja interdisciplinar. Tampouco, que seja apenas um ou dois técnicos trabalhando. Nada impede que um EES se constitua com estas características sem nenhuma incubadora por perto. Mas à medida que vamos realizando a proposta percebemos a importância da mesma.
- 74 O ganho de uma equipe interdisciplinar no processo de incubação pode ser medido sob um conjunto de aspectos:
1. O EES passa a contar com um “corpo de assessoria técnica” tão completo quanto completa for a equipe, potencializando suas alternativas de instrumentalização do conhecimento.
 2. A ação da equipe também se potencializa, à medida que abarca um espectro maior, mais plural, mais aberto em relação ao objeto da ação extensionista.
 3. A perspectiva de trabalho em equipe coloca para os universitários problemas similares aos vividos pelos EES em termos de relação de trabalho, permitindo uma compreensão maior da dinâmica da autogestão pelas iniciativas.
 4. O entrelaçamento de diferentes perspectivas do conhecimento amplia a capacidade dos membros da equipe – individualmente, mesmo – de pensarem problemas científicos específicos, relacionados ou não à incubação ou à economia solidária, a partir de uma visão de e totalidade, de pluralidade e respeito à perspectiva alheia.
 5. Toda esta experiência repercute nos bancos escolares da universidade e nos projetos de pesquisa. O questionamento sobre os currículos, de um lado, e sobre o modelo pedagógico da universidade, de outro, são apenas os primeiros passos. Junto com isto vêm os projetos de iniciação científica, os trabalhos de conclusão de curso, as dissertações de mestrado e as teses de doutorado, avançando nas questões relativas ao tema.
 6. Finalmente, vem o resultado dos profissionais egressos da universidade carregados com uma experiência ímpar na relação das instituições com a sociedade.
- 75 Os choques de pontos de vista que daí advém não são pequenos. Diferentes olhares disciplinares, diferentes perspectivas ideológicas, diferentes formas de comportamento pessoal. Os conflitos costumam ser sérios, frequentes e duradouros. A supressão do conflito na sala de aula ou no projeto de pesquisa, pela “última palavra” do professor ou do orientador, está assim ela própria suprimida. E a única possibilidade de um trabalho efetivo é o respeito à opinião do outro e a anuência às regras de convivência que forem ali estabelecidas. Às vezes, este pacto simplesmente não é possível, e então a equipe precisa ser reformulada. Como nos EES, ou como em qualquer sociedade democrática.
- 76 Eis uma dinâmica que pode ser explicada pela dialética, uma vez que envolve a história, o constante movimento das coisas, as contradições entre elas e, por fim, a mudança social.

Considerações finais

- 77 Diante da reflexão socializada neste trabalho, parece que a proposta inicial foi cumprida: discutir a ITCP em seu contexto universitário. Cada ponto tratado implica em inúmeras perguntas a serem respondidas.
- 78 A partir das observações críticas e do avanço em torno das questões aqui estabelecidas, é preciso aprofundá-las dando relevância à importância das ITCPs, não só para o contexto econômico, social e político que vivenciamos, mas para consolidar projetos universitários

que envolvam pesquisa, ensino e extensão e que estejam comprometidos com esse contexto.

- 79 Não se trata do ponto final, mas do constante aprendizado pautado por um aprofundamento científico, social e político sobre o tema. Há uma necessidade clara de consolidar o espaço da economia solidária no universo acadêmico, e isso só será viável à medida que esse conhecimento produzido for socializado e apropriado pelas diversas áreas do conhecimento. A realização de simpósios, congressos, intercâmbios, enfim, não é uma mera pompa acadêmica quando se trata da ação prática da extensão universitária, e menos ainda de uma experiência que, enfim, reúne de fato o trinômio ensino-pesquisa-extensão, mas espaços que devem difundir os fundamentos da economia solidária promovendo tal socialização.
- 80 Trata-se de ter uma proposta firme de universidade, que tem a ver com aquilo que se construiu como patrimônio de sociedade – o conhecimento, e com a relação estabelecida com essas novas energias utópicas.
- 81 A economia solidária não é uma proposta “fraca”, não é um modismo. Ela não surgiu do nada. Ela é caudatária de séculos e séculos de desejo e de vontade de igualdade, de justiça, de liberdade, de fraternidade. Ela não é uma legenda pós-moderna, mas uma reafirmação das promessas não cumpridas de uma modernidade que só teve sentido para uma pequena parcela da humanidade. E ela atua no núcleo da reprodução da sociedade capitalista, ou seja, na produção e na circulação de bens e serviços construídos com o trabalho humano. É uma resposta segura e sincera aos modelos que aprisionaram a criatividade do trabalho humano na hierarquia das burocracias sustentadas pelo capital.
- 82 Se ela vai se expandir ou retroceder, dependerá do curso futuro da sociedade capitalista. Se esta sociedade for capaz de integrar centenas de milhões de excluídos no mundo todo às benesses de que usufruiu uma pequena parcela das pessoas até hoje, então a economia solidária poderá perder o seu sentido de reinserção do trabalhador no mundo do trabalho, tomando um outro sentido de referência para a construção de uma outra sociedade e, neste caso, isto será bom para todos. Mas, se ao contrário, a sociedade capitalista mantém o seu rumo de exclusão e de destruição, que outra alternativa, em curto prazo, se pode apresentar à sociedade que não seja a de um pacto social real baseado na democracia e na livre associação de trabalhadores-cidadãos?
- 83 Assim como na pedagogia do oprimido (de Paulo Freire), ou na tecnologia apropriada (de Amílcar Herrera), ou no banco da aldeia (de Mohamed Yunus), a idéia de colocar o conhecimento e a universidade a serviço de quem mais precisa continuará despertando o sonho e a vontade de mobilização de milhares de docentes e alunos das universidades do sul global.
- 84 Isto não carrega nenhuma renúncia à luta de sempre em favor de uma universidade pública e gratuita, comprometida com um desenvolvimento econômico que reduza as desigualdades, preserve o meio ambiente e traga conforto e bem estar para todos. Ao contrário, a economia solidária é parte desta luta, e as incubadoras de cooperativas populares também o são.
- 85 Dessa forma, a economia solidária reproduz as relações sociais estabelecidas na sociedade capitalista, pois ela subsiste nela e compete no mercado fetichizado do capitalismo, mas quem sabe a autogestão expressa na economia solidária não seja um canal para promover uma outra sociedade que iniba o valor de troca e conseqüentemente o trabalho alienado? Essa, sem dúvida, é uma questão que a universidade não pode deixar de fazer.

BIBLIOGRAPHY

- Anteag, (2000), *Autogestão – construindo uma nova cultura nas relações de trabalho*. São Paulo: Anteag.
- Antunes, Ricardo (1995), *Adeus ao trabalho*. São Paulo: Cortez.
- Antunes, Ricardo (2000), *As dimensões da crise no mundo do trabalho*. Disponível no sítio: www.ufba.br
- Cattani, Antonio David (2003.). “A outra economia: os conceitos essenciais”, in Cattani, Antonio David (org.), *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz.
- Cruz, António (2004). “É caminhando que se faz o caminho: diferentes metodologias das incubadoras tecnológicas de cooperativas populares no Brasil”, *Cayapa – revista venezolana de economia social*. 8, 36-55.
- Dagnino, Renato (2004). “A relação universidade-empresa no Brasil e o ‘argumento da hélice tripla’”. *Revista Convergência*, 35, 29-48.
- Freire, Paulo (1978), *Educação Como Prática da Liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Gaiger, Luiz Inácio (1998), “A solidariedade como alternativa econômica para os pobres”, *Revista Contexto e Educação*. 50 (13), 47-71.
- Gaiger, Luiz Inácio (2002), *A economia solidária diante do modo de produção capitalista*. Disponível no sítio: www.ecosol.org.br
- Guareschi, Pedrinho (1996), *Sociologia Crítica, Alternativas de mudança*. Porto Alegre: Mundo Jovem.
- Guimarães, Gonçalo (1999), “Uma cidade para todos”, in Guimarães, Gonçalo (org.) *Integrar cooperativas*. Rio de Janeiro: Unitrabalho - CUT.
- Guimarães, Gonçalo (2000), “Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas populares: contribuição para um modelo alternativo de geração de trabalho e renda”, in Singer, Paul e Souza, André (orgs.), *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto.
- Neves, Lúcia Maria Wanderley (Org.) (2002), *O empresariamento da educação: novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990*. São Paulo: Xamã.
- Ribeiro, Marlene (1999), *Universidade brasileira pós moderna: democratização X competência*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas.
- Singer, Paul (2002), “Economia Solidária no Brasil”, in Santos, Boaventura de Sousa, *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Singer, Paul (2000), “Incubadoras Universitárias de cooperativas: um relato a partir da experiência da USP”, in Singer, Paul e Souza, André (orgs.), *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto.
- Tiriba, Lia (1996), *Economia popular e cultura do trabalho: pedagogia (s) da produção associada*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- Tiriba, Lia (2001), *Economia popular e cultura do trabalho: pedagogia (s) da produção associada*. Ijuí: Unijuí.

Valentini, Dom Luíz Demétrio (1999), *Desemprego Questão Técnica ou Questão Ética*. Disponível no sítio: www.cnbb.org.br/cf.html

NOTES

1. Ideias apropriadas a partir do discurso de Gonçalo Guimarães em uma tarde de trabalho na Universidade Católica de Pelotas - UCPEL.
2. Os princípios aqui destacados foram elaborados pelo projeto da UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas), quando seus membros se perguntavam: “que cooperativas idealizamos incubar?”.
3. Mesmo assim, já existem em algumas universidades disciplinas optativas sobre economia solidária, cursos de especialização, e mesmo mestrados já começam a se estruturar. Mas é claro, isto está muito, mas muito longe de ser uma regra.

ABSTRACTS

As Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) são programas interdisciplinares de algumas universidades brasileiras construídos com a perspectiva de elaborar um planejamento que procura reunir pesquisa e extensão em torno do tema da Economia Solidária.

O processo de incubação implica em uma solidariedade mútua, numa troca de saberes, de conhecimentos acumulados sob condições sociais e históricas diferentes que se mesclam através do diálogo e que se produzem em duas esferas distintas da vida social. Daí a importância de pensar a incubação como ato pedagógico.

Assim, o trabalho pretende socializar um esforço acadêmico de refletir sobre o processo das ITCPs como proposta diferenciada que envolve um projeto interdisciplinar implicado em três esferas (atividades fim) da universidade: ensino, pesquisa e extensão.

São muitas as questões: O que é uma ITCP? Para que serve? Como funciona? Que possibilidades e que limites marcam tal proposta?

A intenção não é dar um caráter conclusivo a estas questões, mas fazer um exercício reflexivo baseado na teoria produzida sobre o tema, bem como nas experiências que envolveram as nossas práticas profissionais.

AUTHORS

ALINE MENDONÇA DOS SANTOS

É mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) e doutoranda em Serviço Social na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e no Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra. Pesquisadora do Laboratório de Políticas Públicas (LPP/ UERJ).

ANTONIO CARLOS MARTINS DA CRUZ

É mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), doutor em Economia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e professor da Universidade Católica de Pelotas (UCPel).